

PROTAGONISMO JUVENIL NA ESCOLA: LIMITAÇÕES E POSSIBILIDADES ENQUANTO PRÁTICA PEDAGÓGICA NA DISCIPLINA DE BIOLOGIA

Thais Gama da Silva¹

Araci Asinelli-Luz²

O protagonismo social dos(as) adolescentes e jovens pressupõe uma relação dinâmica entre formação, conhecimento, participação, responsabilização e criatividade como mecanismo de fortalecimento da perspectiva de educar para uma cidadania ética e responsável. Este artigo objetiva discutir o Protagonismo Juvenil como princípio pedagógico para uma educação emancipadora e democrática dos espaços escolares, através de discussões reflexivas com os(as) estudantes sobre temas sociais, utilizando-se de conceitos científicos de biologia. Pretende-se também discutir a concepção de protagonismo juvenil presente no Projeto Político Pedagógico da escola. Para tanto, propusemos durante as aulas de biologia, atividades que possibilitem o desenvolvimento da autonomia e da consciência crítica dos(as) educandos(as), possibilitando a proposição de ações para a solução de problemas reais e cotidianos.

Palavras-chave: protagonismo juvenil; Diretrizes Curriculares de Biologia da Educação Básica do Paraná; cidadania; participação social na escola.

INTRODUÇÃO

Considera-se que em todos os contextos históricos a concepção de educação esteja voltada aos interesses da sociedade, contribuindo para reproduzir desigualdades sociais e discriminação racial por meio de sistematização dos conhecimentos biológicos, da receptividade e memorização pela(o) estudante, de conteúdos enciclopédicos e a-históricos.

1 Bióloga, Mestre em Educação pela UFPR, Professora PDE – Programa de Desenvolvimento Educacional da Secretaria de Estado da Educação do Paraná.

2 Bióloga, Doutora em Educação pela USP, Professora do Departamento de Teoria e Prática de Ensino do Setor de Educação da UFPR

Compreender o cotidiano do(a) jovem e do(a) adolescente, nos dias de hoje é vital para a elaboração de propostas e mecanismos pedagógicos eficazes e consonantes com as aspirações e necessidades dessa população e da sociedade como um todo. A efetividade de estratégias nos projetos político-pedagógicos das unidades escolares deve estar no compasso das ações de fomento ao protagonismo juvenil, da educação entre pares, com práticas que propiciem o pleno desenvolvimento e exercício da cidadania.

O protagonismo social de adolescentes e jovens pressupõe uma relação dinâmica entre formação, conhecimento, participação, responsabilização e criatividade como mecanismos de fortalecimento da perspectiva de educar para uma cidadania ética e responsável e para a valorização das expressões juvenis.

A pessoa, e só ela, é capaz de conhecer, de atuar transformadoramente, de ser livre, de amar, de criar, de solidarizar-se, de sonhar, de projetar, de construir sentido, de auto- e co-realizar-se. A pessoa é uma realidade em processo, imersa, ao mesmo tempo, no cotidiano e na história. Por sua incompletude (FREIRE, 1996), jamais pode ser encarada como um dado definitivo. O desenvolvimento permanente faz parte de sua condição, de seu modo específico de ser no mundo.

Educar para a participação é criar espaços para que o/a educando/a possa empreender, ele/a próprio/a, a construção de seu ser. Aqui, mais uma vez, as práticas e vivências são o melhor caminho, já que a docência como está posta hoje, dificilmente dá conta das múltiplas dimensões envolvidas no ato de participar.

Além do compromisso ético, a opção pelo desenvolvimento de propostas baseadas no protagonismo juvenil exige da/o educadora/or uma clara vontade política no sentido de contribuir, através de seu trabalho, para a construção de uma sociedade que respeite os direitos de cidadania e aumente progressivamente os níveis de participação democrática de sua população.

Considerando que pela disciplina de biologia permeiam inúmeros temas sociais discutidos atualmente, devemos estar atentos, pois as pessoas estão sendo convocadas a refletir e opinar sobre as implicações éticas, morais e sociais e, é papel da escola, preparar estes/as cidadãos/ãs para a autonomia e responsabilidade consciente e reflexiva.

A respeito disso, Giordan e Vecchi³ (apud PEDRANCINI, CORAZZA-NUNES e outros) afirmam que

... a escola não pode mais limitar-se à transmissão de um programa de conhecimentos enciclopédicos, temporariamente retidos pelos alunos, mas deve, em primeiro lugar, organizar e gerenciar o fluxo contínuo de conhecimentos para

³ GIORDAN, A.; VECCHI, G. **As origens do saber**: das concepções dos aprendentes aos conceitos científicos. 2. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

que esses possam ser mobilizados na resolução de problemas e entendimento de situações que fazem parte da realidade atual.(2008, p.136)

A partir da II Guerra Mundial, fica explícito que as Ciências Biológicas não podem prescindir de uma reflexão no âmbito social. As inúmeras pressões sociais e éticas evidenciam o entendimento mais amplo da contribuição desta ciência para o enfrentamento de questões da atualidade.

Educação e protagonismo juvenil

A concepção de protagonismo juvenil utilizada neste trabalho, é a proposta e estimulada por Costa (2000), como sendo uma possibilidade concreta do desenvolvimento e exercício da cidadania, ao mesmo tempo em que se volta ao sujeito, em relação à formação da identidade, autoconceito e autoestima, que são componentes importantes para a formação da identidade e autonomia.

A vivência de valores como a tolerância, respeito mútuo, cooperação e alteridade, que a escola tradicional até agora não se tem mostrado capaz de transmitir a(ao) educanda(o), é uma via importante para que sejam propiciadas situações especiais na construção de sua autonomia, propiciando sua participação criativa, construtiva e solidária na solução de problemas na escola, comunidade e na vida social mais ampla.

O protagonismo dos (as) adolescentes pressupõe uma relação dinâmica entre formação, conhecimento, participação, responsabilização e criatividade como mecanismo de fortalecimento da perspectiva de educar para a cidadania, levando-se em conta que o desenvolvimento permanente faz parte da condição de sujeito, sem perder de vista que a pessoa é uma realidade em processo, imersa em seu tempo, no seu cotidiano e na história, pré-requisito para o desempenho autônomo na sociedade.

Costa apresenta fundamentos do protagonismo juvenil, afirmando:

O termo Protagonismo Juvenil, enquanto modalidade de ação educativa, é a criação de espaços e condições capazes de possibilitar aos jovens envolverem-se em atividades direcionadas à solução de problemas reais, atuando como fonte de iniciativa, liberdade e compromisso. [...] O cerne do protagonismo portanto, é a participação ativa e construtiva do jovem na vida da escola, da comunidade ou da sociedade mais ampla (COSTA, 2001, p.179).

Outros estudos ressaltam a importância do protagonismo juvenil como forma de participação do(a) jovem em atividades que vão além do seu dia-a-dia e de seus interesses individuais. Gandolfo (2005) concebe o protagonismo como ações juvenis

coletivas e participantes, a partir dos interesses dos(as) próprios(as) jovens que, no envolvimento coletivo, constroem sua autonomia. Corroborando com este pensamento, Lulianelli (2003) afirma que o protagonismo trata-se de um modelo pedagógico-político de ações juvenis coletivas e participantes, onde se constroem a autonomia dos envolvidos e a coletividade com a ação.

Para Freire (1996, p.59) “O respeito à autonomia e à dignidade de cada um é um imperativo ético e não um favor que podemos ou não conceder aos outros.” Portanto, a experiência educativa que tem claro o respeito à autonomia e à dignidade humana, sabe que estas deveriam ser inerentes à prática educativa, e que se faz de maneira ética, com objetivo de formação cidadã, muito além da transmissão de conteúdos. A escola deve ter como alicerce pedagógico o ato de aprender-ensinar como finalidade à transformação da realidade social.

Respeitar o fato de que os(as) adolescentes pensam, dizem e fazem pode ultrapassar os limites de sua vida pessoal e familiar e influir no curso de seu desenvolvimento. Além de ser uma forma de respeito à dignidade humana, é uma forma de reconhecer que através de seu envolvimento na solução de problemas reais, desenvolve o seu potencial criativo para a transformação pessoal e social.

Para Costa (2000, p. 126), “...o protagonismo juvenil é uma forma de reconhecer que a participação dos adolescentes pode gerar mudanças decisivas na realidade social, ambiental, cultural e política em que estão inseridos [...] Assim, o protagonismo juvenil, tanto quanto um direito, é um dever dos adolescentes”. Para o autor, a liberdade e a solidariedade, valores imprescindíveis à prática do protagonismo juvenil, são os dois valores maiores que servem como princípios constitutivos da concepção de educação brasileira proposta na Lei de Diretrizes e Base da Educação, e devem servir de estímulo ao pensamento e ação de todos que atuam em qualquer área da educação e formação de adolescentes. Segundo este, “Moldar o processo educativo segundo esses valores, mais do que uma questão de vontade política, é uma questão de compromisso ético.” (2000, p.38). Os princípios de liberdade e solidariedade estão presentes na Constituição Federal do Brasil (artigo 205) e reafirmados na LDB (artigo 2º), que trata dos princípios e fins da educação nacional.

O respeito e o estímulo à curiosidade crítica do (a) estudante constitui a solidez da autonomia do ser educando. Para Ferreti, Zibas e Tartuce (2004), a autonomia através do protagonismo juvenil tem tido ampla repercussão na área educacional, principalmente a partir da implementação da reforma curricular do ensino médio, cujas diretrizes adota esse conceito como um dos pilares das inovações sugeridas. Costa (2001) aponta que “a

ambiência pós moderna” penetrou as várias esferas da vida de adolescentes, criando novas formas de ser, viver e consumir. Isso indicaria uma urgente necessidade social de promover a formação de valores e de atitudes cidadãos que permitam a esses sujeitos conviver de forma autônoma com o mundo contemporâneo. Essa formação viria atender uma exigência social, respondendo às angústias de adolescentes diante dos desafios e exigências das sociedades pós-modernas.

Nesse sentido, defende-se a possibilidade de construção do protagonismo na adolescência, sustentado por indivíduos ou entidades comprometidas com a educação emancipadora e o processo de democratização do espaço público para a construção da cidadania, ou seja, o desenvolvimento humano.

Costa (2000) considera o protagonismo juvenil como uma proposta pedagógica de atuação de adolescentes como personagens principais de uma iniciativa de ação voltada para a solução de problemas reais de sua comunidade, numa fase da vida que este tipo de participação autêntica e não manipulada se traduz num ganho de autonomia, autoconfiança e autodeterminação, importantes na construção de sua identidade pessoal, social e no seu projeto de vida.

Em publicação da Fundação Odebrecht, em 1988 (COSTA, 2000) afirma que,

O termo protagonismo juvenil, em seu sentido atual, indica o ator principal, ou seja, o agente de uma ação, seja ele um jovem ou um adulto, um ente da sociedade civil ou do estado, uma pessoa, um grupo, uma instituição ou um movimento social. (COSTA, 2000, p.20)

Portanto, o protagonismo pode ser realizado por diversos atores sociais em diferentes possibilidades de participação social, ficando claro que é um conceito amplo, não limitado a adolescência. Em seus estudos, Costa (2000) ainda delimita o protagonismo, esclarecendo que sua práxis se refere ao protagonismo desenvolvido pelos(as) jovens.

As sociedades enfrentam, hoje, o desafio de oferecer às gerações jovens, princípios éticos de convivência e ideais humanos que possam ser compartilhados por pessoas com diferentes antecedentes e formações. Uma representação convincente da democracia parece ser o caminho para o desenvolvimento de identidades autônomas, prontas para adaptar-se e responder a rápidas mudanças sociais, culturais e econômicas. “Tal representação enfatiza a liberdade e a interdependência, a tolerância e o respeito mútuo, a iniciativa e a competência para o trabalho construtivo e cooperativo.” (SOUZA, 2003, p.25).

Chamamos a atenção, portanto, a um protagonismo que poderíamos chamar de

pedagógico pois, desenvolvido à partir da escola, com uma intencionalidade expressa no discurso e na metodologia do(a) professor(a), oportuniza espaços e atividades de desenvolvimento humano a partir da crença que o(a) adolescente é capaz, trabalhando na dimensão de sua autopercepção, autoconfiança e sua auto-estima. Porque não dizer, contribuindo com o desenvolvimento de sua identidade pessoal e social.

Adolescentes como construção sócio-histórica

A categoria adolescência é recente na história das sociedades ocidentais. Até o século XVIII, a adolescência foi confundida com infância, visto que o parâmetro utilizado era de que a infância estava relacionada à idéia de dependência familiar, sendo tratados como “adultos em miniatura”. Como afirmam Silva (2000) e Becker (1985), a adolescência é uma invenção social, gerada a partir do século XVIII, no período da Revolução Industrial.

Atualmente, temos uma juventude com mais espaço e mais aberta à discussão, porém pouco estimulada a espaços de discussões sobre as grandes questões sociais e políticas de seu país. Credita-se este comportamento à fase pela qual nossa civilização passa: a pós modernidade, a revolução tecnológica e a globalização, que para o mundo capitalista, foi pautado na formação de um sujeito autônomo, porém pouco solidário, numa fase caracterizada por Costa (2000), como sendo uma “era de extremos”.

A pós-modernidade, segundo Gastaldi⁴, citado por Costa (2000) é caracterizada por uma crise de valores. Costa (2000) nos alerta que a globalização e o ingresso na era pós industrial podem ter como consequência um enorme crescimento da exclusão social, se a humanidade não for capaz de conciliar a transformação econômica com equidade social.

Diante disso, a educação é desafiada não mais só na dimensão do conhecimento, mas também na transmissão de valores às novas gerações, valores estes que devem ser mais do que transmitidos, devem ser vivenciados. Não sendo mais um(a) educando(a) “recipiente”, mas um individuo proativo, de iniciativa, compromisso e liberdade. Claro que devemos lembrar que a educação não é a solução para todos os problemas, mas o caminho para se chegar a ela.

Segundo a ONU (Organização das Nações Unidas), a atual conjuntura política, tem

4 GASTALDI, I. **Educar e evangelizar na pós-modernidade**. São Paulo: Salesiana Dom Bosco, 1994.

se refletido nos(as) jovens, aos(às) quais se têm dado importância crescente à sua participação nos processos de decisão, cuja participação tem contribuído para o desenvolvimento pessoal e consciência social dos jovens ligados a estes processos, e refletindo na melhoria da concepção e execução das políticas da juventude. A este respeito podemos citar o direito ao voto a partir da Constituição Federal de 1988 de menores de 18 anos e maiores de 16 anos, além da onda crescente sobre a diminuição da idade penal de 18 para 16 anos, clamada por uma parcela da sociedade brasileira e parlamentar.

Neste estudo destacamos o fato de que a adolescência tem suas particularidades sociais e culturais que distinguem os (as) adolescentes entre si, não existindo a (o) adolescente padrão, mas sim um sujeito em estágio peculiar no processo de desenvolvimento e amadurecimento.

Como educadores, precisamos estar atentos para estas particularidades individuais, sociais e culturais que distinguem as adolescências (Adolescências, e não adolescência, pois estamos nos referindo a uma fase da vida que se diferencia conforme aspectos individuais, sociais, familiares, culturais, políticos, econômicos e biológicos, portanto diferentes adolescências).

Devemos nos despir da visão estereotipada do(a) adolescente, reconhecendo-os como pessoa, como sujeito social e como cidadão(ã). “Não existe adolescente padrão, mas seres humanos concretos, que buscam caminhos de crescimento e equilíbrio” (BALEIRO *et al*, 1999, p.13).

Reconhecer a existência da pluralidade cultural, étnica/racial, de gênero, de classe econômica e social, de posturas políticas, de formação cultural e educacional reafirmam a existência de adolescências e juventudes, o que vem a re-significar e ampliar o seu entendimento acerca das adolescências e juventudes (MENDONÇA, 2005). Para que esta sociedade surja na sua plenitude, a participação de seu povo tem que ser efetiva, através da convivência democrática. A participação, a responsabilização, a criatividade são pré-requisitos exigidos para a representação da democracia e desenvolvimento da autonomia. A educação é um instrumento para gerar a capacidade do indivíduo pensar e dirigir a si mesmo, habilitando-o a realmente participar na construção social por meio da construção de si mesmo.

... a escola deve ser um espaço social regido por critérios de participação inspirados na mesma filosofia que alimenta os sistemas democráticos. Os ideais democráticos inspiram práticas educativas democráticas, porém é esperado que estas realizações educativas contribuam decisivamente para impulsionar projetos de transformação social. (YUS, 2002, p. 155).

Yus (2002) chama a atenção para o fato de que a escola democrática vive uma contradição, pois defende a participação e a autonomia e, ao mesmo tempo é autoritária e dependente, evidenciando a discrepância entre a ideologia teórica e a ideologia prática. Este autor propõe a terminologia “escola como comunidade participativa”, onde realmente a tendência educativa esteja preocupada com práticas educativas que preparem os(as) estudantes para a convivência democrática e que permitam o exercício da autonomia e da participação.

Cabe às sociedades atuais, o desafio de oferecer às (aos) adolescentes, espaços para vivenciar sua cidadania numa sociedade democrática, uma vez que “... a democracia não pode ser imposta: tem que ser cotidianamente construída, ensinada e aprendida ao longo da vida das pessoas e sociedades.” (SOUZA, 2003, p.19).

Assim, como já discutido, a educação se mostra como o principal caminho para que os indivíduos transformem a si mesmos e ao seu redor. É através da educação que as pessoas acendem ao grau de cidadãos(ãs) e assumem a responsabilidade em participar na construção de uma sociedade que esteja à altura da dignidade humana, entendendo que a responsabilidade pode ser ensinada e aprendida e os valores da responsabilidade e da dignidade humana deveriam ser pilares na formação dos professores(as).

Sabendo que cabe à escola oferecer espaços para que possibilite aos adolescentes serem agentes de sua própria mudança, precisamos compreender todas as dimensões das etapas do desenvolvimento dos adolescentes.

A escola destaca-se para a criança e o jovem como a instituição social mais estável e presente, complementando a atuação da família, no sentido de suprir todas as exigências de seu processo evolutivo como pessoa e cidadão. Família e escola são os ambientes de excelência, onde deverão se desenvolver as condições mais propícias para a formação integral do adolescente, com vistas ao seu desenvolvimento harmônico (CASASANTA, 1998).

É de consenso que, no espaço da família e na escola, concomitantemente, quando as necessidades biológicas, afetivas, cognitivas e relacionais são atendidas, é que o (a) estudante se socializa e se humaniza; processos imprescindíveis ao estabelecimento dos projetos pessoais e sociais de cada um (a) e, assim, a formação de adolescentes com oportunidade de desenvolver, mesmo que momentaneamente, pelo protagonismo juvenil, a cidadania plena.

Para refletirmos sobre o protagonismo na adolescência é importante enfatizarmos a adolescência, enquanto construção histórica e biopsicossocial, no campo do desenvolvimento humano. É um período importante na formação do indivíduo que, por suas características nas diferentes dimensões do humano (psicológicas, cognitivas, orgânicas, políticas, emocionais, espirituais, sociais) é capaz de elevar o sujeito de uma

situação de heteronomia para uma autonomia relativa até atingir a autonomia propriamente dita, possibilitando assim o exercício de sua cidadania de forma ativa nos diferentes sistemas ecológicos em que convive (a escola, a família e a comunidade). Para o protagonismo, portanto, a autonomia não é o ponto de partida, mas o ponto de chegada.

Sobre a definição de adolescência não existe um consenso entre os autores, sendo considerada, prioritariamente, conforme as mudanças biológicas relativas à maturidade sexual, acompanhadas de múltiplas transformações fundamentais no processo do desenvolvimento humano, determinantes nas alterações do corpo físico e que leva em conta a idade cronológica. Esses indicadores da adolescência são variáveis de pessoa a pessoa em cada cultura e grupo étnico-racial, devido peculiaridades históricas, socioculturais, psicológicas e emocionais (TIBA, 1986; ABERASTURY e KNOBEL, 1992; ZAGURY, 1996; ABROMOVAY, 2004; BOHN e FORSTER, 2008). Por isso, neste trabalho nos referimos ao protagonismo juvenil, em alguns momentos destacamos o protagonismo na adolescência.

Neste estudo, a adolescência é concebida conforme expressa o Estatuto da Criança e do Adolescente, ou seja, considera adolescente a pessoa entre 12 e 18 anos. No parágrafo único do Art. 2º, determina ainda que “nos casos expressos em lei, aplica-se excepcionalmente este Estatuto às pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade” (ECA, 1990).

A palavra “adolescere” vem do latim e significa crescer, engrossar, tornar-se maior, atingir a maioridade (TIBA, 1986, p.37). Esta é uma etapa na qual o indivíduo busca a identidade adulta e também onde o ser humano sofre as maiores modificações desde seu nascimento até a morte. Ela começa com a puberdade (aparecimento das características sexuais secundárias) e o seu término é indeterminado, pois além da característica filogenética, interfere a ontogenética, variando de indivíduo para indivíduo.

Apesar das diferenças culturais, em todas as sociedades há um consenso em relação a aspectos universais do desenvolvimento de adolescentes. A adolescência é marcada pela passagem de habilidades cognitivas e experiências emocionais menos desenvolvidas na infância, para habilidades cognitivas desenvolvidas e experiências emocionais mais equilibradas de um adulto e a transição para novos papéis na sociedade. Lembrando que estas mudanças ocorrem gradualmente durante a adolescência e aumentam de complexidade à medida que passam de um estágio para o próximo.

Segundo Abramovay (2004, p.404) “Ser ou não adolescente está diretamente relacionado com as condições sociais e econômicas, ou melhor dizendo, ao lugar que cada um ocupa em relação à estrutura social.” Em ambos os sexos, transformações

importantes na área cognitiva se completam na adolescência: a lógica concreta dos objetos é substituída gradativamente pelas operações abstratas, pelo raciocínio hipotético-dedutivo e pela capacidade de correlacionar diferentes variáveis. Com isso, é capaz de manipular idéias, o que amplia também sua percepção do ambiente que o(a) cerca.

No lugar da criança que aceitava como verdade absoluta tudo o que lhes era dito (heteronomia), principalmente por pais e professores, surge um indivíduo que começa a questionar os princípios da sociedade, da religião, da política, da família (ZAGURY, 1996). Este ser descobre esta sua nova capacidade, querendo mostrá-la e exercitá-la o tempo todo, o que pode se transformar em conflitos, uma vez que questiona tudo. Podem surgir então os conflitos com os pais, professores(as) ou qualquer pessoa que representa uma figura de autoridade. É o (a) adolescente se afirmando em busca de sua nova identidade (autonomia).

Quando nos referimos ao protagonismo juvenil, neste estudo, estamos nos referindo a adolescentes como personagem principal de uma ação voltada para a solução de problemas reais, ou seja, a participação ativa e construtiva do(a) estudante na sua escola, na sua comunidade ou na sociedade em geral. Esta participação propositiva, proativa, só se desenvolve em ambientes democráticos onde o objetivo seja a formação de cidadãos autônomos, solidários e compromissados.

A participação autêntica se traduz para o jovem num ganho de autonomia, autoconfiança e autodeterminação numa fase da vida em que ele se procura e se experimenta, empenhado que está na construção da sua identidade pessoal e social e no seu projeto de vida. (COSTA, 2008)

A possibilidade de descrever e identificar as habilidades de integrar as perspectivas de eu e do outro em adolescentes bem como os contextos em que isso ocorre, propicia abertura para a identificação de atividades pedagógicas que oportunizem cada vez mais níveis elevados de experiências compartilhadas e negociações que culminariam com um processo de desenvolvimento humano adequado na adolescência. Tais processos estão relacionados a contextos advindos “dos valores sociais vividos pela sociedade moderna, como a política, o meio social, o ambiente familiar e o individual. Nesse sentido, o adolescente tem a possibilidade e a habilidade de fazer escolhas sobre situações e eventos que envolvem seu cotidiano” (FONTES *apud* ASSIS; ASSIS, 2004, p.63)

Tais questões reforçam a adequação do protagonismo juvenil enquanto metodologia educativa para a inserção do (a) adolescente na reflexão e solução dos conflitos pessoais, sociais, ambientais, nos sistemas que compõem a complexa teia de

seu desenvolvimento humano.

Fleming (1997) discorre de que a importância que se dá a autonomia está no fato de que nenhuma sociedade pode funcionar, ou perdurar, se cada um de seus membros não for auto-suficiente em determinado grau, ou seja, atinjam um certo grau de autonomia e responsabilidade social. Enfim, superar a vulnerabilidade e dependência para atingir uma subsequente condição de competência e autonomia, ou seja, maior autogoverno. As práticas educativas para o processo de autonomização das(os) adolescentes variam com as características do meio social e dos dispositivos sociais postos a disposição do(a) adolescente.

Ao explicitar seu pensamento a respeito dos sistemas educativos, identidade e cidadania, Souza assinala que "... aquelas que valorizam a escolha, a tomada de decisão, a iniciativa, a aprendizagem em grupo, a liberdade e a participação favorecem a autonomia e, conseqüentemente, a democracia e o exercício da cidadania." (SOUZA, 2003, p. 37).

Mesmo com suas fragilidades estruturais, de gestão e pedagógicas, a instituição escola é ainda um lugar em que as novas gerações convivem com o respeito e a orientação, é ainda um lugar em que o saber é valorizado e no qual o(a) adolescente se socializa, aprende a conviver, torna-se um cidadão. (ZAGURY, 1996)

Enfim, o(a) adolescente passa por transformações físicas, psicológicas e também do ponto de vista social. Passa por adaptações às normas sociais, onde a família, a escola e a "turma" são seus espaços e lugares de socialização, onde ele (a) se identifica, se reconhece e cria seu próprio microssistema social. A socialização além do desenvolvimento da identidade, aumenta seu interesse pelos fatos que ocorrem no mundo, interessando-se e preocupando-se com as diferenças sociais. Por isso a adolescência é uma fase importante para estimular as (os) adolescentes a se engajarem em trabalhos sociais, não só proporcionando realização pessoal, mas possibilitando que se tornem cidadãos (ãos) conscientes e preocupadas (os) não só com seu próprio bem-estar, mas com o de toda a sociedade. Não há espaço mais privilegiado para isso do que uma escola que pratica e vivencia a educação para a cidadania, sendo um espaço de descoberta e experimentação social. (SOUZA, 1999; COSTA, 2000; HAMMES, 2008; GONÇALVES, 2008).

Concepção de protagonismo juvenil na legislação educacional do Estado do Paraná

As Diretrizes Curriculares de Biologia para o Ensino Médio (DCE's), do Estado do Paraná chegam às escolas como um documento oficial que traz como característica principal a participação de professores(as) das escolas e Núcleos Regionais de Educação do Estado entre os anos de 2004 e 2008 através de longas discussões coletivas. Segundo este documento, o mesmo traça estratégias que visam nortear o trabalho do(a) professor(a) e garantir a apropriação do conhecimento pelos(as) estudantes da rede pública. Este documento, proposto pela Secretaria de Educação do Estado do Paraná, propõe pensar criticamente o ensino de Biologia, juntamente com as abordagens do processo de ensino e aprendizagem e o vínculo pedagógico, associado às práticas sociais, para romper com o relativismo cultural e a supremacia das práticas sociais hegemônicas. Os termos “protagonismo”, “solidariedade”, “autonomia” e “participação social” não estão presentes na redação do documento, embora a concepção de protagonismo incorporado aos demais termos citados se faça presente de forma implícita no decorrer do documento.

Embora as DCE's não sejam documentos voltados à ênfase ao protagonismo, ao estimular a compreensão das práticas sociais, a atuação dos sujeitos no processo de transformação da realidade, o diálogo professor(a)-estudante, participação social, cidadania, abrem o caminho para que o protagonismo juvenil, possa ser estimulado enquanto prática pedagógica.

Assim, entende-se que a disciplina de Biologia contribui para formar sujeitos críticos e atuantes, por meio de conteúdos que ampliem seu entendimento acerca do objeto de estudo – o fenômeno VIDA – em sua complexidade de relações partindo-se do pressuposto que a adoção de uma prática pedagógica fundamentada nas teorias críticas deve assegurar à/ao professora/or e à/ao estudante a participação ativa no processo pedagógico.

Neste contexto, Libâneo⁵ (1983, *apud* DCE, 2008) aponta que os conhecimentos biológicos, se compreendidos como produtos históricos indispensáveis à compreensão da prática social, podem contribuir para revelar a realidade concreta de forma crítica e explicitar as possibilidades de atuação dos sujeitos no processo de transformação desta realidade.

Tanto Snyders⁶ (1974, *apud* DCE, 2008) como Libâneo (1983, *apud* DCE, 2008) concordam que ao/à professor/a compete mediar o processo pedagógico, interferir e criar

5 LIBÂNEO, J. C. Tendências pedagógicas na prática escolar. *Revista da ANDE*. N° 6, p.11 - 19, 1983.

6 SNYDERS, G. A alegria de aprender na escola. São Paulo: FDE, 1991.

condições necessárias à apropriação do conhecimento pelo/a estudante como especificidade de seu papel social na relação pedagógica. Se por um lado os conhecimentos biológicos proporcionam ao/a estudante a aproximação com a sua experiência concreta, por outro constituem elementos de análise crítica para superar concepções anteriores, estereótipos e pressões difusas da ideologia dominante. Essa superação decorre da ação pedagógica desencadeada e dos espaços de reflexão criados pelo/a professor/a.

Para o ensino de Biologia, propõe-se o método da prática social que decorre das relações dialéticas entre conteúdo de ensino e concepção de mundo; entre a compreensão da realidade e a intervenção nesta realidade (SAVIANI⁷, 1997; LIBÂNEO, 1983, *apud* DCE, 2008). Confrontam-se assim, os saberes da/o estudante com o saber elaborado, na perspectiva de uma apropriação da concepção de Ciência como atividade humana. Ainda, busca-se a coerência por meio da qual a/o estudante seja agente desta apropriação do conhecimento.

Apple⁸ (2006, *apud* DCE, 2008) e Henry Giroux⁹ (1983, *apud* DCE, 2008) propõem como alternativa o fortalecimento de lutas contra-hegemônicas e de currículos que partam das desigualdades e da diversidade, que valorizem e incorporem as culturas vividas pelos/as estudantes, respeitando seus saberes e suas experiências e que possam desconstruir as tradicionais fronteiras entre a cultura popular, a cultura erudita e a cultura de massa.

Neste contexto, acredita-se que o protagonismo juvenil como prática pedagógica, vem ao encontro as DCE's uma vez que este pressupõe uma relação dinâmica entre formação, conhecimento, participação, responsabilização e criatividade como mecanismo de fortalecimento da perspectiva de educar para a cidadania, levando-se em conta que o desenvolvimento permanente faz parte da condição de sujeito, sem perder de vista que a incompletude do SER, imerso em seu tempo, no seu cotidiano e na história.

Considera-se que em todos os contextos históricos a concepção de educação esteja voltada aos interesses da sociedade, contribuindo para reproduzir desigualdades sociais e discriminação racial por meio de sistematização dos conhecimentos biológicos, da receptividade e memorização pela(o) estudante, de conteúdos enciclopédicos e a-históricos.

Segundo Krasilchik (p.55, 1988)

Fenômenos como a industrialização, o desenvolvimento tecnológico e científico,

7 SAVIANI, D. Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações. Campinas: Autores Associados, 1997.

8 APPLE, M.W. Ideologia e currículo. Porto Alegre: Artmed, 2006.

9 GIROUX, H. Teoria crítica e resistência em educação. Petrópolis: Vozes, 1983

a urbanização, entre muitos outros, não podem deixar de provocar choques no currículo escolar. Os sistemas de ensino, respondendo às mudanças sociais, à crescente diversificação cultural da sociedade, ao impacto tecnológico e às transformações no mercado de trabalho vêm propondo reformulações no ensino das Ciências. (KRASILCHIK, p.55, 1988)

Como se observa na literatura, já na década de 80, Krasilchik (1988) apontava a responsabilidade da escola possibilitar ao aluno a pensar por si mesmos, identificando mecanismos de controles exercidos sobre os cidadãos, assim como sistematizar o conhecimento fragmentado com o seu cotidiano familiar, social e do mundo do trabalho, além de entender o papel da ciência e da tecnologia na sociedade contemporânea. Para esta autora, “Educar para a cidadania, sem restringir a escola ao papel de preparação do indivíduo maleável e manipulável, é a grande tarefa com que se defrontam hoje os professores de Ciências.” (KRASILCHIK, p.61, 1988)

A observação cotidiana sobre as possibilidades e limitações da efetivação de projetos de protagonismo juvenil levou a este estudo que provoca algumas reflexões significativas sobre a participação social de adolescentes e pode suscitar a formulação de novas práticas escolares de intervenção social e política com e para adolescentes e jovens através de mecanismos pedagógicos consonantes com esta proposta de participação ativa dos(as) adolescentes na resolução de problemas reais de seu cotidiano, instrumentalizados(as) pelo conhecimento científico e a experiência. Experiência aqui entendida como a vivência de situações reais e a proposição de soluções.

O respeito e o estímulo a curiosidade crítica do (a) estudante constitui a solidez da autonomia do ser educando. Para FERRETI (2004), esta autonomia através do protagonismo juvenil tem tido ampla repercussão na área educacional, principalmente a partir da reforma curricular do ensino médio, cujas diretrizes adota esse conceito como um dos pilares das inovações sugeridas.

Devemos também reconhecer, segundo Gandolfo (2005), a dificuldade que professores(as) têm quanto ao reconhecimento das produções culturais juvenis contemporâneas, e assim não oportunizam experiências de protagonismo aos seus estudantes. Têm como estereótipo de juventude, como um problema social a ser resolvido. E ainda, que as escolas em seus projetos políticos pedagógicos, privilegiam os conhecimentos em detrimento aos saberes culturais.

Projeto Político Pedagógico e o protagonismo

A respeito da função da educação, Baleeiro *et al* (1999, p. 15) afirma que “A escola é o lugar privilegiado de aprendizado da cidadania, e a adolescência, etapa do despertar para o social e o universal, o momento ideal para a participação na solução de problemas concretos de interesse coletivo.” A este respeito Costa (2000, p. 125) esclarece que a escola tem o desafio de propiciar aos(às) educandos(as), seu envolvimento na solução de problemas reais de seu entorno, mas sem perder de vista a teoria, como via de conceituação e iluminação da prática.

Perspectiva de transformação das práticas da escola é uma possibilidade a ser pensada, à medida que os professores possam refletir sobre os fenômenos sociais [...] para compreender as formas de produção cultural juvenil na contemporaneidade e, conseqüentemente, produzir outras representações de sujeito-aluno e de sujeito-professor (GANDOLFO, 2005, p.194)

No cotidiano da escola, o documento que rege sua intencionalidade educativa é o Projeto Político Pedagógico (PPP), que tem como principal pressuposto na sua elaboração, a participação de todos os sujeitos do processo educativo: professores(as), funcionários(as), família, alunos(as) e outros, para construir uma visão global da realidade e dos compromissos coletivos. Esta construção se dá a partir da reflexão e discussão crítica sobre os problemas da sociedade e da educação para encontrar as possibilidades de intervenção na realidade, buscando a transformação da realidade social, econômica, política, etc.

Segundo a LDB, artigo 12, inciso I: “Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de: ‘I - elaborar e executar sua proposta pedagógica’.” (BRASIL, 1996). O PPP de cada escola deve ser construído coletivamente, tendo a comunidade como dirigente e gestor, onde todos assumem sua parte de responsabilidade no processo de gestão democrática.

O PPP é individual para cada escola e intransferível, uma vez que cada estabelecimento tem autonomia para a construção do conjunto de currículos, métodos, ou seja, seu “modo de vida”, seu olhar sobre o mundo. Este documento se faz inacabado, a partir do momento que todos os dias lhes são colocados novos desafios pela sociedade. Ele alicerça o trabalho pedagógico escolar enquanto processo de construção contínua: nunca é pronto e acabado.

O documento *A Construção Coletiva do Projeto Político-Pedagógico*, da Secretaria de Estado da Educação do Paraná (SEED), além de estar pautado na autonomia e na

gestão democrática, pressupõe a construção do PPP baseado numa concepção de *sociedade* democrática, justa e igualitária; numa concepção de *homem* cidadão, crítico, participativo, responsável e criativo; numa concepção de *escola* transformadora, autônoma e emancipadora; e numa concepção de *mundo* com igualdade para todos e todas. Tem como princípio norteador a liberdade e autonomia, próprias da natureza do ato pedagógico, e que implica em experiência que se constrói na vivência coletiva e relações interpessoais.

O PPP da instituição de ensino utilizado neste trabalho, data do ano de 2006, e segundo a equipe pedagógica deste estabelecimento, o mesmo está em construção. Vemos neste caso que o princípio deste documento ser de construção contínua, não se aplica. No documento, já bastante defasado em relação à realidade da escola, encontramos concepções compatíveis com a concepção de protagonismo juvenil utilizada neste trabalho, porém outras bastantes equivocadas em relação ao homem e seu meio..

No PPP, como concepção de *homem*, encontramos um sujeito histórico e social, que age na natureza, transformando-a segundo suas necessidades e para além delas. Neste caso podemos verificar uma clara intencionalidade capitalista, pois o pensamento está centralizado nas necessidades individuais. No capitalismo, a essência está na importância do mercado livre com o acúmulo de riqueza (capital), enquanto o documento proposto pela SEED para a construção coletiva do PPP, tem como concepção uma *sociedade* democrática, justa e igualitária num *mundo* com igualdade para todos e todas, e não um sujeito com liberdade para agir sobre a natureza conforme suas necessidades.

Na continuidade do texto do PPP da escola estudada, o *homem* aparece como agente ativo da história da sociedade e da transformação da realidade se, porém, tiver oportunidade de tomar consciência da realidade, e de sua capacidade de transformá-la. Para tanto, este PPP propõe como objetivo da educação provocar e criar condições para que se desenvolva uma atitude reflexiva, comprometida e com ação. Ainda aponta, que a educação deve contribuir para mostrar as possibilidades de um novo viver humano, destituído de preconceitos e de que educar para a cidadania é criar espaços para o germinar do cidadão não apenas investindo em competência técnica, mas também permitindo que o indivíduo tenha consciência de seu pertencimento a um coletivo onde se busque o desenvolvimento humano pelo desenvolvimento social e vice-versa.

Neste documento consultado há referência da “participação social” ao desenvolvimento pessoal, na perspectiva do ensino contextualizado à realidade do estudante. Com relação à “autonomia”, presente na concepção de protagonismo, este termo aparece referindo-se a autonomia intelectual, moral, didático-científica, pedagógica,

como capacidade de discernir e solucionar problemas, capacidade de aprender, desenvolver pensamento crítico, em ambientes como a escola, universidade, e em sujeitos como estudantes e professores (as).

O protagonismo e o ensino de biologia

Para discutirmos o ensino de biologia e protagonismo juvenil, formulamos o seguinte problema de pesquisa: o Protagonismo Juvenil mostra-se como ferramenta consistente para formar-se cidadãos autônomos, solidários, competentes, participativos, capazes de utilizar e associar conceitos científicos de biologia na resolução de problemas reais na escola, na comunidade e na sociedade?

Participaram da pesquisa, estudantes de 2^a e 3^a séries do Ensino Médio matutino. Como se tratavam de atividades previstas no Plano de Trabalho Docente e realizadas normalmente durante as aulas, os(as) estudantes não foram comunicados que se tratava de uma pesquisa de prática pedagógica, inclusive para que este não fosse um fator que interferisse nos comportamentos e resultados dos trabalhos. Num primeiro momento fez-se um levantamento sobre os temas de interesse para discussão durante as aulas e que achavam que fossem relevantes para sua formação. Diversos temas surgiram, porém os que puderam ser discutidos à luz da biologia, utilizando conceitos científicos foram: meio ambiente, sexualidade, relações de gênero, prevenção HIV:AIDS, diversidade racial e sexual e direitos humanos. Com o objetivo de tornar as discussões dinâmicas e sair da prática pedagógica rotineira, procuramos diversificar as estratégias para a apresentação do tema e instigar e abrir a discussão. Desta maneira, utilizamos pequenos vídeos, painéis, textos, questões norteadoras, utilizando sempre a dinâmica em grupo, sempre alternando as pessoas dos grupos. A professora não emitia opinião sobre os temas, apenas mediando as discussões e/ou norteando para que não desvirtuasse muito do tema a ser discutido. Algumas atividades resultavam em painéis, outras em frases ou pensamentos, com o objetivo de que as discussões ficassem registradas. O objetivo das atividades eram que os(as) estudantes, mesmo que inconscientemente, utilizassem conceitos científicos para explicar seus argumentos, o que nem sempre era alcançado, necessitando da mediação da professora. Também era proposto, após discussões e reflexões individuais e coletivas, que demoravam mais que uma ou duas aulas, proposições de ações pessoais e coletivas sobre os temas, para que mudassem seus comportamentos e de sua comunidade em relação ao que foi discutido. Como já era

esperado num grupo, a participação não foi de 100%, porém apareceram muitas sugestões de ações possíveis de serem realizadas tanto pessoalmente quanto coletivamente. No decorrer das 6 atividades desenvolvidas observamos um gradativo e significativo aumento de participação, interesse, comprometimento e discussões fundamentadas e reflexivas.

Considerações

Compreender os(as) adolescentes, é imprescindível para elaborar propostas pedagógicas adequadas a estes sujeitos, que necessitam de que a sociedade em geral, e a escola em especial lhes ofereçam oportunidades e espaços que lhes possibilitem o desenvolvimento da responsabilidade, autonomia, consciência crítica, e assim a cidadania para a solução de problemas reais o cotidiano de sua comunidade,

O protagonismo juvenil se mostra como um dos mecanismos para o fortalecimento da educação para uma cidadania ética e responsável, uma vez que desenvolve o exercício da cidadania, da formação da identidade, do autoconceito e auto-estima, e assim, de sua autonomia, que é o cerne do protagonismo em si.

Neste estudo procuramos ressaltar a discussão, reflexão e consciência crítica sobre assuntos atuais que nos permeiam e que estão exigindo uma posição crítica de toda a sociedade, onde estão inseridos os(as) adolescentes, nossos(as) educandos(as).

Consideramos que as atividades propostas neste estudo, pela disciplina de biologia podem possibilitar aos(às) adolescentes o desenvolvimento da autonomia e de sua consciência crítica, desde que seja uma prática prevista no PPP e realizada realmente ao longo do ano letivo e da vida escolar dos(as) estudantes, e não apenas uma iniciativa isolada de um(a) ou outro(a) professor(a). Deve estar presente em todos os Planos de Trabalho do corpo docente das escolas, dando vez e voz à adolescentes que precisam de um espaço para se expressarem e desenvolverem atitudes saudáveis e responsáveis, e porque não, ensaiar passos para que na vida adulta possam ser cidadãos esclarecidos de seus direitos e deveres, e socialmente ativos, podendo mudar a realidade da sua comunidade.

Especificamente no trabalho desta professora de biologia, foi possível apenas demonstrar e abrir espaço a jovens que anseiam se expressar e discutir temas que lhes são cerceados por um discurso conteudista ou ditador. Algumas aulas não foram suficientes para dar conta de formar protagonistas, mas talvez lhes mostrar que é possível.

Assim como Costa (2000), temos clareza que as atividades que foram propostas e controladas pela professora, não são o ideal, pois são o grau mais básico para o desenvolvimento do protagonismo juvenil. O que se espera é que ao longo da participação em atividades que proporcionem o desenvolvimento da autonomia e da consciência crítica dos(as) educandos(as), possibilitem a solução de problemas reais e cotidianos, e a partir daí, os(as) adolescentes possam propor atividades, planejá-las, discutí-las, executá-las, propor ações e avaliá-las. E assim, participando de todas as etapas e decisões passam de uma participação decorativa, manipuladora, operacional, para uma nível completamente autônomo, e possam então ser protagonistas juvenis plenos. (COSTA, 2000).

Através do respeito ao que os(as) adolescentes pensam e dizem, é uma forma de reconhecer a dignidade humana e a formação de sua autonomia, com o objetivo da formação cidadã, muito além da transmissão de conteúdos, à transformação da realidade social.

Reconhecer o protagonismo juvenil como prática educativa é uma forma de reconhecer que através da participação dos(as) adolescentes é possível gerar mudanças na realidade social.

REFERÊNCIAS

ABERASTURY, A., KNOBEL, M. **Adolescência Normal**. 10.ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

ABRAMOVAY, M. et. al. **Juventudes e sexualidade**. Brasília: UNESCO Brasil, 2004.

BALEEIRO, M.C. et. al. **Sexualidade do adolescente - Fundamentos para uma ação educativa**. Salvador: Fundação Odebrecht e Secretaria de Educação do Estado da Bahia, 1999.

BECKER, D. **O que é adolescência**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BOHN, Cristina ; FORSTER, M. M. S. . Adolescência x formação de professores de Língua Portuguesa: interesses e(m) conflito. In: Rute Viviam Angelo Baquero. (Org.). **Agenda jovem: o Jovem na Agenda**. Ijuí: Unijuí, 2008, p. 73-89.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio**. Brasília, 1998.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e bases da educação**. Senado Federal, Centro Gráfico, 1996. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/lei9394.pdf>> Acesso em 10/05/2008.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Senado Federal, Centro Gráfico, 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm> Acesso em 10/05/08.

_____. Conselho Nacional de Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais: ensino Médio**. Brasília: 2000. Disponível em <<http://www.mec.gov.br>> Acesso em 03/05/08.

_____. **Estatuto da criança e do adolescente**. Centro de documentação e informação. 4. ed. Brasília: Coordenação de publicações, 2003.

CASASANTA, L. **Afetividade e sexualidade na educação: um novo olhar**. Fundação Odebrecht, Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais, Belo Horizonte, Rona: 1998. p. 40-53

COSTA, A.C.G. O adolescente como protagonista. In: BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Saúde. Área de Saúde do Adolescente. **Cadernos, juventude saúde e desenvolvimento**. v.1. Brasília, 1999.

_____. **Protagonismo juvenil: adolescência, educação e participação democrática.** Salvador: Fundação Odebrecht, 2000

_____. **A presença da Pedagogia: teoria e prática da ação sócioeducativa.**

2ª ed. São Paulo: Global: Instituto Ayrton Sena, 2001.

_____. **Protagonismo juvenil: O que é e como praticá-lo.** Disponível em:<http://4pilares.net:text-cont/costa-protagonismo.htm> . Acessado em 30/04/08.

_____. **O professor como educador: um resgate necessário e urgente.** Salvador: Fundação Luis Eduardo Magalhães, 2001.

DELORS, J. et al. **Educação: um tesouro a descobrir.** Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre a Educação para o século XXI. 8ª edição. São Paulo: Cortez Editora; Brasília, DF: MEC: UNESCO, 2001.

FERRETI, C.J.; ZIBAS, D.M.L.; TARTUCE G.L.B.P. **Protagonismo juvenil na literatura especializada e na reforma do ensino médio.** Cadernos de Pesquisa, v.24, n.122, p. 411- 423, São Paulo. Maio/ago.2004.

FLEMING, M. **Adolescência e autonomia. O desenvolvimento psicológico e a relação com os pais.** 2ª Edição. Porto. Edições Afrontamento, 1997.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido.** 20ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Educação como prática libertadora.** 22ª ed. Rio de Janeiro: Paz na Terra,1996.

_____. **Educação e mudança.** 9ª ed. Rio de Janeiro: Paz na Terra,1983.

_____. **Pedagogia da indignação.** São Paulo: UNESP, 2000.

_____. **Pedagogia da autonomia.** 31ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. **Conscientização: teoria e prática da libertação.** São Paulo: Centauro, 2001a.

_____. **Pedagogia dos sonhos possíveis.** São Paulo: Editora UNESP, 2001b.

GANDOLFO, M.A.P. **Formação de Professores de Ensino Médio e (in)visibilidade de experiências de protagonismo juvenil.** Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006.

GONÇALVES, M.A.S. Escola, adolescência e construção da identidade. In: BAQUERO, R.V.A. (org.). **Agenda jovem: o jovem na agenda.** Ijuí: Ed. Ijuí,

2008. p. 173-205.

GUEDES, G.B. **A escola de ensino médio público noturno: uma conjuntura favorável ao protagonismo estudantil coletivo em contraposição ao protagonismo juvenil via empoderamento.** Tese (Doutorado em Educação) - Setor de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Rio Grande do Norte, 2007.

HAMMES, L.J. Grupos juvenis de convivência e a formação de capital social. In: BAQUERO, R.V.A. (org.). **Agenda jovem: o jovem na agenda.** Ijuí: Ed. Ijuí, 2008. p. 173-205.

IULIANELLI, J.A. Jovens em tempo real. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2003.

KERBAUY, M.T.M. **Políticas de juventude: políticas públicas ou políticas governamentais?** Estudos de Sociologia, 2005, 18/19, 193-203, Araraquara.

KRASILCHIK, M. Ensino de Ciências e a formação do cidadão. **Em Aberto**, Brasília, ano 7, n. 40, out./dez. 1988.

MENDONÇA, R.C.A.A. **Protagonismo juvenil: um estudo da participação social dos adolescentes nos programas de saúde sexual e reprodutivo em Natal/ RN.** Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Departamento de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Rio Grande do Norte, 2005.

PARANÁ, Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente. **Política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente no estado do Paraná.** 3ª edição, Curitiba: CEDCA, 2001.

_____, Conselho Estadual dos direitos da criança e do adolescente . **Legislação Social: instrumento de garantia de direitos.** Curitiba: CEDCA, 2004.

_____, Secretaria de Estado da Criança e da Juventude. **Pacto pela Infância e Juventude**, 2007. Disponível em <<http://www.secj.pr.gov.br>> Acesso em 05/04/09.

_____, Secretaria de Estado da Educação do. **Diretrizes Curriculares de Biologia para o Ensino Médio**, 2008. Disponível em <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/diaadia/diadia/arquivos/file/livro_e_diretrizes/diretrizes/diretrizesbiologia72008.pdf> Acesso em 03/05/2008.

_____. Secretaria de Estado da Educação do. Coordenação de Apoio à Direção e Equipe Pedagógica - CADEP. **A Construção Coletiva do Projeto Político-Pedagógico.** Disponível em: <http://www.pedagogia.seed.pr.gov.br/arquivos/File/OTP/projeto_construcao200

[5.pdf](#)> Acessado em 01/04/09.

PEDRANCINI *et al.* Saber científico e conhecimento espontâneo: opiniões de alunos do ensino médio sobre transgênicos. ***Ciência & Educação***, v. 14, n. 1, p. 135-146, 2008.

SILVA, G.S.N. **A construção do adolescer masculino e o uso do preservativo**. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

SOUZA, A.I.(Org.) *et al.* **Paulo Freire. Vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

SOUZA, V. **Juventude, solidariedade e voluntariado**. Salvador: Fundação Odebrecht; Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego e Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2003.

SOUZA, R.M. **O discurso do protagonismo juvenil**. Tese (Doutorado em Sociologia) – Departamento de Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

TIBA, I. **Puberdade e Adolescência: desenvolvimento biopsicossocial**. São Paulo: Ágora, 1986.

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a infância. **A voz dos adolescentes**. Brasília, 2002.

YUS, R. **Educação integral: uma educação holística para o século XXI**. Tradução: Daisy Vaz de Moraes. Porto Alegre: Artmed, 2002.

ZAGURY, T. **O adolescente por ele mesmo**. Rio de Janeiro: Record, 1996.

ZIBAS, D.M.L. FERRETI, C.J. TARTUCE G.L.B.P. **Micropolítica escolar e estratégias para o desenvolvimento do protagonismo juvenil**. Cadernos de Pesquisa, v.36, n. 127. São Paulo. Jan/abr 2006.

